

Acordo provisório para o refinanciamento da dívida

por S. Karene Witcher
do The Wall Street Journal

O Brasil e um grupo de seis bancos credores chegaram a um acordo provisório para refinar uma pequena parte da dívida estrangeira de US\$ 100 bilhões do Brasil e manter até março de 1987 créditos de curto prazo de aproximadamente US\$ 16 bilhões para o País.

O acordo provisório — que ainda terá de ser aprovado pelos aproximadamente setecentos credores — parece ter evitado o que alguns banqueiros disseram ter sido uma grande confrontação com o Brasil, que poderia levar os credores a retirar as linhas de crédito de curto prazo vitais. O acordo anterior venceu na sexta-feira passada.

Segundo as autoridades brasileiras e banqueiros ligados às conversações, o acordo prevê o adiamento por sete anos do pagamento pelo Brasil de cerca de US\$ 6 bilhões em amortizações do principal que venceram em 1985. Durante os primeiros cinco anos, o Brasil só pagará juros. Além de manter os US\$ 16 bilhões em créditos comerciais e depósitos em bancos brasileiros, o acordo determina que os bancos prorroguem até março de 1987 cerca de US\$ 8 bilhões em amortização do principal com vencimento previsto para este ano.

As conversações sobre a dívida começaram em Nova York na última quinta-feira e prosseguiram du-

rante o fim de semana com o grupo de catorze bancos internacionais que negociam com o Brasil. Os detalhes deverão ser acertados em negociações ainda este mês. Mas alguns banqueiros advertiram que o mais recente acordo ainda poderá cair por terra se o Brasil se recusar a reembolsar mais de US\$ 400 milhões em empréstimos de bancos estrangeiros feitos por dois bancos brasileiros que faliram em fins do ano passado.

2 METAS

Segundo as fontes bancárias, se os outros credores do Brasil concordarem com os termos, esse acordo concretizaria duas metas importantes. Daria ao Brasil um ano de intervalo para recuperar o fôlego antes de o País precisar negociar outro acordo com seus bancos credores. E conservaria, mesmo tenuamente, o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos assuntos econômicos do Brasil.

O novo regime democrático do Brasil tem adotado uma linha mais nacionalista, progressivamente mais dura, em relação aos credores, e se recusou a submeter a um programa de austeridade econômica com o FMI, conforme desejavam os bancos credores.

“O mais recente acordo destina-se a conseguir algum tempo”, disse um banqueiro ligado às conversações. Os banqueiros, segundo ele, percebem que só conseguem impelir o Brasil até esse ponto por enquanto, especialmente porque o País realizará eleições “extremamente delicadas” para a Constituinte, em novembro, e precisa de um acordo de dívida para

passar por esse período crítico.

ENVOLVIMENTO

Para contentar os bancos e manter uma aparência de envolvimento do FMI, esta organização emitiu uma